



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2012**

**NÚMERO 3**

**INICIO 21.00 HORAS**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2012** -----

**N.º. 03/2012** -----

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e doze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número seis barra dois mil e doze, de treze de Junho de dois mil e doze, tendo comparecido os seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, António Manuel Morgado Louro, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Mário Rodrigues Pereira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltaram a esta sessão: Hugo Filipe Neto Sebastião e Jorge Manuel Louro Pereira, presidente da Junta de Freguesia de Montalvo tendo ambos apresentado justificação. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo do Município: o Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Rui Paulo Serras Vermelho, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim e Rui José da Silva Pires. -----

Também estiveram presentes os seguintes Trabalhadores da Câmara Municipal: - Manuela Lopes, Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente e Ana Silvério, Coordenador Técnico. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. -----

**ABERTURA** -----

Verificando-se a existência de quórum o presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. Em seguida iniciou os trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O presidente da Assembleia Municipal, informou que por falta de tempo, não estava concluída a ata da reunião anterior. -----

Informou também que relativamente a uma questão falada na última sessão, sobre irregularidades e ilegalidades praticadas pela Câmara Municipal, até a este momento não foi entregue à mesa da Assembleia, qualquer justificação que fundamente essas afirmações. -----

**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE** -----



Durante este período foram feitas as seguintes intervenções: -----

**Vogal Paulo Varino (CDU)** – Efectuou a leitura da declaração que se segue. -----

*“Desde o início do mandato do atual Executivo que se tem vindo a assistir, seja em Reuniões de Câmara ou aqui em Assembleia, a comentários e referências menos abonatórias à Associação “Os Quatro Cantos do Cisne” ou às ligações que esta tem com o Município, consideradas por alguns, “repletas de ilegalidades e irregularidades”.* -----

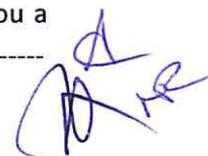
Parece-nos óbvio que a intenção destes comentários é a de prejudicar e manchar o bom nome do Município de Constância, mas principalmente o da Associação “Os Quatro Cantos do Cisne”, pois em momento algum foram solicitadas informações ou reuniões no sentido de se verem esclarecidas quaisquer dúvidas. -----

Para os que não sabem, um dos eleitos locais neste mandato foi convidado pelas duas últimas direções a estar presente na sede da Associação para reuniões, no sentido de permitir que estes mal entendidos se resolvessem e para partilha de ideias. Resultado: - Nunca compareceu e alegou sempre motivos pessoais para a não comparência, não apresentando qualquer data alternativa, o que demonstra o interesse no “bom funcionamento”, como ele insiste dizer e escrever. -----

Também para os que não sabem, como pode uma Associação estar repleta de “ilegalidades e irregularidades”, quando tem contas a apresentar com frequência regular a Instituições como o Instituto do Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de Constância, ao Instituto Português da Juventude, Programa Juventude em Ação, Programa Aprendizagem ao Longo da Vida e ao Ministério da Educação, mediante valências com as quais tem parcerias ou são co-financiadores. Como IPSS, apresentam-se as contas anualmente à Segurança Social, e nas Assembleias Gerais são sempre apresentadas todas as decisões, onde são votadas; justificam-se decisões, respondem-se a questões de associados e zela-se pelo objetivo base da instituição, que é o de preservar o associativismo vivo, genuíno e honesto. -----

Atualmente empregam mais de cinquenta (50) pessoas, grande maioria residente no concelho de Constância. Desde Animação de Tempos Livres, passando pela Inserção Social, pelo Projeto de Intervenção Precoce, pelas Atividades de Enriquecimento Curricular, pode-se dizer que esta Associação tem os seus funcionários espalhados pelos quatro cantos do concelho, desde Juntas de Freguesia a Escolas do Concelho. -----

Os QCC são hoje a única instituição a ter programas nas interrupções escolares das crianças e jovens do concelho de Constância, chegam a ter duzentas (200) crianças (como acontece atualmente). Os QCC travaram lutas que duraram ano e meio para que o Centro de Tempos Livres fosse reconhecido na margem sul do Tejo pela Segurança Social, pois para essa entidade, não apresentava as condições necessárias, mas os QCC estiveram e estão a apoiar as famílias da mesma forma, seja a norte ou a sul. -----



No Centro Escolar, além do apoio e disponibilidade permanente, o QCC gere a cozinha, efetuando um total de duzentas e sessenta e cinco (265) refeições diárias das quais, apenas 60 são comparticipadas pela Segurança Social. -----

São um exemplo de qualidade na implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no Ministério da Educação, sendo rigorosos e preocupados com as atividades efetuadas. -----

A Empresa de Inserção Social tem hoje a maior diversidade de sempre no que diz respeito a entidades de acolhimento de desempregados de longa duração ou em situação de exclusão, tendo funcionários a laborar na Câmara e nas Juntas de Freguesia de Montalvo e Santa Margarida. -----

Na intervenção precoce tornaram-se um parceiro envolvido e participativo na dinâmica social do Concelho de uma forma intensa e diária, apoiando atualmente trinta (30) crianças e respetivas famílias e trabalhando em parceria com outras entidades sociais locais. -----

Foi através dos QCC que muitos jovens do Concelho tiveram a oportunidade de conhecerem outros cidadãos europeus, outras cidades, novas culturas e foi também deste modo que muitos jovens de todo o Mundo vieram conhecer o nosso País, o nosso concelho. -----

Os QCC possuem atualmente uma rede de parceria a nível mundial superior a cem (100) membros, onde partilha, coopera e aprende com todos. -----

Para demonstrar bem a realidade desta Associação, nas contas de dois mil e onze (2011) apresentam um movimento de quinhentos e noventa mil euros (€ 590.000) e um saldo negativo de treze mil, duzentos e setenta e cinco euros (€ 13.275), quando à dez (10) anos atrás, o movimento era de duzentos e vinte mil euros (€ 220.000) e o saldo era de quarenta e dois mil, novecentos e trinta e oito euros (€ 42.938) negativos. -----

Os QCC não pedem louvores nem pautam por protagonismos ou vaidades pelo que efetuam, embora o seu trabalho seja reconhecido por Instituições Públicas e Privadas, de Ensino e Trabalho Comunitário, sendo até solicitados para participações em fóruns, seminários, formações, encontros, ações que são solicitados tendo em conta a sua experiência e resultados alcançados. O que apenas se pede a esta Assembleia é um pouco de respeito pelo que fazem, independentemente de concordarem ou não com as suas ideias, até porque muitos de vós foram, são ou querem ser seus associados. -----

Os QCC também têm falhas, mas qual é a instituição perfeita? Hoje apenas se pode dizer que essas falhas são menores pois aprendeu-se com os erros do passado, para tornar melhor o amanhã. -----

Para terminar, coloca duas questões: -----

- 1 - Será que uma Associação com esta dinâmica e abrangência faz ou não falta? -----
- 2 - Constância deve ter orgulho ou não, numa instituição do Concelho com um currículo destes? -----



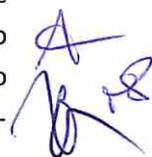
**Vogal Carlos Alves (PS)** – Referiu que na última sessão ocorreram intervenções muito extensas que não permitiram a intervenção de outros vogais. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** - Começou a sua intervenção referindo que ia fazer uma questão sobre as Pomonas, dizendo que ficaram todos um pouco surpreendidos quando verificaram o programa das Festas das Pomonas e perguntou: Qual foi o sinal da crise que foi dado nestas festas? Na sessão de Fevereiro fomos informados pelo executivo da redução das festas do concelho, tendo em conta o período de crise que vive o país, e ocorreu redução de iniciativas de dias de festa e até os espetáculos serem realizados com a chamada prata da casa. Em consequência nas festas do Concelho houve associações que perderam oportunidade que tiveram nos anos anteriores, com as tasquinhas, podiam realizar receitas que lhes permitia durante o ano realizar outras atividades, era uma fonte de receita quase para o ano inteiro, e essa oportunidade foi perdida. Agora também se esperava que nas festas das Pomonas houvesse esse sinal da crise, mas no mapa da informação do município, verificamos que a despesa foi de sete mil e quinhentos euros (€ 7.500,00) + IVA para o espetáculo da noite de sábado. -----

**Vereadora Júlia Amorim** – Disse que efetivamente as Festas do Concelho foram já bastante faladas, relativamente às Pomonas afirma que vêem na linha do que aconteceu nas Festas do concelho, pois o Município sente que há necessidade de fazer redução de despesas, não só pelo contexto da crise, mas também pelas obrigações que estão sujeitos em termos contabilísticos. Mas o executivo pensa que a atividade económica do concelho pode e deve ser movida, por atividades culturais e por atividades que promovam a coesão social e a coesão territorial. -----

As Pomonas Camonianas são uma forte expressão da nossa coesão territorial e da nossa coesão social, só quem não passou pelas Pomonas Camonianas não o verificou, e mais do que verificar com os olhos, não verificou com o coração, aquilo que são, juntar esforços para num sábado e num domingo fazer sair de casa docentes, pessoas que trabalham na área da educação, e também encarregados de educação, com os seus educandos. O mercado quinhentista, é de há uns anos a esta parte, uma edição que envolve a comunidade local, as escolas, a Câmara Municipal e as várias instituições, e este ano, por muitos que alguns não queiram reconhecer, foi de facto foi uma expressão muito forte e muito grande daquilo que é o trabalho ao nível da comunidade no nosso concelho. -----

Continuou dizendo que tiveram em conta a redução de despesas, daí haver apenas dois dias e não três dias como no ano passado, não se realizou o Festival Hípico, não houve contratação de animação de rua, nem para o espaço onde decorreu as Pomonas Camonianas. Sobre os “Encontros Cantar Diferente”, afirmou que se trata dum evento com história, não só para o município de Constância, mas também para a cultura do país, sendo o valor despendido pela autarquia na sua realização relativamente barato (€ 7.500,00), valor da produção de um espetáculo. Estes encontros já trouxeram a Constância, dezenas de artistas, de inquestionável qualidade no panorama da música portuguesa, proporcionando aos nossos conterrâneos e aos nossos concidadãos momentos de elevado nível cultural que de outra forma não poderiam assistir. Por outro lado dizer também que o anfiteatro dos rios se enche todos os anos, não só com cidadãos do concelho, mas também do exterior, que acabam por trazer movimento há economia local. -----



Afirma que as Pomonas de facto estão firmes, porque as pessoas acreditam que é possível viver em comunidade, acreditam que é possível trabalhar em conjunto e têm gosto pela sua terra. -----

Terminou dizendo que de facto os momentos não são fáceis, não porque nós façamos por eles serem difíceis, mas porque nos impõem constrangimentos que nos fazem ter atuações difíceis, mas conseguimos o equilíbrio perfeito, entre a redução de custos e entre os custos que eram necessários para fazer uma festa comunitária, condigna feita com o coração e uma festa que fica na história. As Pomonas Camonianas será uma festa que as pessoas que vierem a seguir a nós, se vão orgulhar do trabalho que fizemos. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** - Voltou a colocar a questão referindo que a vereadora, não percebeu a questão, pois não foi colocado em causa a realização das Pomonas, isso tem o nosso louvor. Afirma que nunca foi intenção da bancada do PS pôr em causa a iniciativa, que envolve encarregados de educação e as escolas. A pergunta prendia-se apenas com contenção de despesas em situações comparativas que ocorreram nas festas do concelho, uma solução menos dispendiosa era possível e traria na mesma as pessoas às festas à noite. O que questionamos é a importância que foi dada às Pomonas, nomeadamente o espetáculo à noite e a menor importância que foi dada nos espetáculos das festas do concelho. As festas do concelho são mais importantes que as Pomonas, é o fim-de-semana em que se comemora a Nossa Senhora da Boa Viagem e as Festas do Concelho, como referiu e muito bem, na nossa história e na história do concelho, tem muito mais tradição e mais anos as festividades da boa viagem do que das Pomonas, portanto não podemos deixar desprezar as Festas do Concelho em prol das Pomonas, cada uma tem a sua importância e não estamos aqui a querer acabar com nada, o que eu quis comparar foi que, enquanto nas festas do concelho a nível de espetáculos tivemos a prata da casa, e foi uma boa solução. Então nas Pomonas a opção deveria ter passado por uma solução menos dispendiosa, e foi apenas isso que quisemos comparar. -----

**Vereadora Júlia Amorim** – Disse que considera que houve equilíbrio entre aquilo que foi gasto e aquilo que as atividades das Pomonas Camonianas tiveram, por outro lado informou que nas Pomonas Camonianas houve o apoio financeiro no âmbito do PROVER. As Festas do concelho têm uma dimensão maior, logo tiveram uma redução também proporcionalmente maior, terminou dizendo que ambas as festas foram feitas com equilíbrio e com a dimensão que se exigia no momento. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Questionou o presidente do Município, sobre os membros da Assembleia Municipal não terem sido convidados para a cerimónia onde foram agraciados com uma medalha de tempo de serviço, os funcionários da autarquia. Se deve a alguma razão, se é uma imposição, ou se não era importante estarem presentes ou não merecem participar. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Referiu que foi divulgado o programa, e os membros da assembleia podem e devem ir às coisas que considerem importantes e que gostem de ir. De facto não se lembraram de convidar os membros da Assembleia Municipal a estar presente na cerimónia. -

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que esteve presente na cerimónia e que certamente representou toda a Assembleia Municipal. -----



**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Interveio para fazer uma recomendação à Câmara Municipal sobre “Avaliação dos Prédios Urbanos e os reflexos nos valores do IMI” lendo o documento seguinte. -----

*“Na sua ânsia de aumento de impostos, de acordo com os compromissos assinados entre o anterior Governo do PS e o PSD e CDS, decidiu o atual Governo a reavaliação de todos os prédios urbanos do país que terá reflexos nos valores a pagar por parte dos proprietários. -----*

*Como é conhecido a difícil situação económica vivida pela esmagadora maioria dos Portugueses dificilmente aguentará mais este acréscimo nas despesas familiares. -----*

*O memorando de Acordo recentemente assinado entre o Governo de Portugal e a ANMP dando sustentabilidade ao enganador “Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)” sendo aparentemente um plano que pode ajudar os municípios em dificuldades financeiras, muitos deles por mera má gestão, não deixa de ser penalizador para os municípios com a sua situação financeira controlada. ----*

*No referido programa, no seu ponto 5 do capítulo relativo ao IMI lê-se textualmente o seguinte: “O Governo reconhece que as contas da Administração Local importam igualmente para a consolidação orçamental das contas públicas nacionais, razão pela qual os municípios se comprometem com a integral alocação da receita do IMI à prossecução dos objetivos da consolidação orçamental, através da afetação da totalidade daquela receita ao pagamento das dívidas ao estado, ou caso tal dívida não exista, à amortização da dívida de médio e longo prazo dos municípios”. -----*

*Prevê o Governo um aumento daquela receita em mais duzentos e cinquenta milhões de euros (€ 250.000.000,00), que devem ser totalmente entregue ao Estado ou então às entidades bancárias. ----*

*Tendo em conta que o município de Constância, mesmo com os cortes nas transferências do Orçamento de Estado, que nos últimos três anos (3) andarão perto dos vinte e cinco por cento (25%), mesmo com os aumentos brutais nos custos das aquisições de combustíveis, energia e todas as outras despesas de funcionamento, mesmo com os encargos brutais para a Câmara derivado do processo de recuperação da Ponte sobre o Rio Tejo, a Câmara de Constância, embora numa posição financeiramente difícil, mantém todas as dívidas a curto prazo saldadas. -----*

*Não existindo dívida a curto prazo obriga o memorando em causa a abater na dívida de médio e longo prazo. Ora tal situação não é mais do que um financiamento antecipado aos credores bancários com custos óbvios para o Município, sendo por isso um péssimo ato de gestão. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Constância reunida a vinte e nove de Junho de dois mil e doze (29.06.2012) delibera: -----*

*1 – Recomendar ao Executivo Municipal um estudo, certamente na base das avaliações atualmente em curso, sobre a previsão da recolha de receitas do IMI para o ano de dois mil e treze (2013). -----*

*2 – Perante o resultado desse estudo e caso, como se prevê, existir um aumento significativo da receita que não provenha de novos prédios a entrar nesta contabilização, o executivo municipal deve decidir baixar os valores das taxas que estão na área da sua competência até aproximar, se possível, os valores a recolher em dois mil e treze (2013) aos recolhidos em dois mil e doze (2012). -----*

*3 – Enviar esta recomendação para os jornais locais e regionais.” -----*



**Vogal Marco Gomes (PS)** – Afirmou que sobre a recomendação apresentada salienta o facto de finalmente os eleitos da CDU acordaram para a crise ao fim deste tempo todo. Todos os anos, a bancada do PS tem apresentado propostas para reduzir o IMI, tendo este executivo municipal dado como justificação que a receita apurada com este imposto servia para o pagamento investimentos no concelho. Com a criação duma lei por parte do governo atual, que vai penalizar os cidadãos, a CDU coloca-se do lado do PS, ao contrário do que vinha fazendo. Termina afirmando que irá votar favoravelmente a recomendação. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Começou por dizer que os elementos em permanência no executivo já tinham abordado esta questão estando recetivo para aceitar esta recomendação, embora não prometa já que vai cumprir, em primeiro lugar porque somos conscientes e os cuidados que tivemos na gestão e na não aprovação de propostas demagógicas, permitiram que hoje estejamos, no grupo dos poucos concelhos que não têm dívidas em atraso, e portanto tem sido exatamente por não corresponder a propostas demagógicas que podemos respirar, por enquanto. ---

Relativamente à proposta, chamou atenção que as coisas não são ainda claras, a própria Associação Nacional de Municípios mostra claramente que está a apoiar as medidas do governo, ao aprovar o número cinco (5) do protocolo, que é de facto um disparate, é gravoso, e talvez por ser tão gravoso e por deixar aberta esta porta, é que os municípios em vez de devolverem o dinheiro atenuem nos cidadãos. Neste momento verifica-se uma mudança no governo, parecendo que já não vai ser o IMI, que vai servir para amortizar as dívidas, mas sim o subsídio de férias e natal, aquele dinheiro que foi retirado, no caso da nossa autarquia esse valor cifra-se em cento e trinta mil (€ 130.000) euros, porque nas outras autarquias com mais população os valores são maiores. Lembra que o executivo aceita de facto essa recomendação, se vier a verificar que esta absorção de dinheiro, que o governo quer impor aos municípios que não têm dívidas, que é o nosso caso, e nós temos contratos assinados com os bancos para pagarmos e vamos fazendo amortizações que estão contratadas e o que o governo está a pretender com o IMI ou com o subsídio de natal e de férias, é quando chegarmos ao fim do ano, esse dinheiro seja amortizado num dos empréstimos que nós tenhamos, o que significa que são empréstimos que estão negociados a um (1), dois (2) ou três por cento (3 %), e portanto nós despejamos esse dinheiro nesses bancos e se daqui amanhã o governo abrir as portas e vai abrir, para nós irmos pedir dinheiro ao banco para qualquer coisa, depois pagamos a sete (7%) ou oito por cento (8%), é de facto como foi referido, seria de facto uma péssima gestão. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Passou á votação do documento tendo sido a **recomendação aprovada por unanimidade.** -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Disse que após ouvir a resposta do presidente quando referiu que por esquecimento não foi enviado convite para a cerimónia da entrega das medalhas aos funcionários, mas que estava no programa e que todos podiam ter estado presentes, lembrou que na semana antes das Pomonas todos recebemos três convites para iniciativas das Pomonas, dois deles em correio azul e um em correio normal. Aproveitou para deixar a sugestão, em ocasiões futuras é preferível enviar um convite com o programa, em vez de serem enviados três convites para a mesma iniciativa, em correio azul que tem muito mais despesas e acabamos por não ter acesso ao programa.



**Presidente da Câmara Municipal** – É uma sugestão interessante e naturalmente um assunto para pensar. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Começou por dizer que se ouve aqui falar de demagogia, mas a grande demagogia é a cambalhota que o concelho de Constância está a dar. Afirma que o concelho de Constância está nos trinta piores concelhos em termos de taxa de natalidade e continuou dizendo que os pagamentos a entidades externas a trinta e um (31) de Dezembro de dois mil e dez (2010), eram de dez dias, (10) em dois mil e onze (2011) passou para dezassete (17) dias. Em termos de desemprego a sua evolução entre 2005 e 2011, era superior a vinte e oito por cento (28%) de desempregados. No distrito de Santarém, médio tejo, era superior a oito por cento (8%). A nível de clubes desportivos o concelho de Constância tem apenas a Casa do Povo de Montalvo. Ao nível do poder de compra o concelho de Constância é muito inferior à média nacional e inferior ao médio tejo. Disse que em termos de ranking de escolas, demos um grande trambolhão, que a freguesia de Santa Margarida perdeu população e as perspetivas para o ano de dois mil e vinte e cinco (2025) não são nada animadoras. Em relação à criminalidade, Constância tem uma taxa de trinta e quatro vírgula sete por cento, (34,7 %) a região do médio tejo é de 27,8%. Em termos de respostas sociais, em termos de investimento nos utentes, Constância tem um investimento de trinta e cinco mil, novecentos e setenta e oito euros (€ 35.978,00), enquanto a Golegã, que é mais ou menos da dimensão do concelho de Constância, tem oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis euros (€ 84.236,00). Alpiarça cento e treze mil, cento e sete euros (€ 113.107,00). Barquinha setenta e dois mil, novecentos e oitenta euros (€ 72.980,00). Terminou dizendo que é sobre estes números que temos que refletir e tomar medidas necessárias para que Constância num curto espaço de tempo, não dê um trambolhão previsto por toda a gente, muito embora, muitos de nós queiramos por a cabeça debaixo da areia achando que isso não é bom sinal, porque os munícipes, contam com a nossa capacidade de intervenção e com a nossa capacidade de mobilização para resolver os seus problemas. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Questionou o Vogal Carlos Alves sobre a origem dos elementos apresentados, são números, mas não deixam de ser importantes, lembrando que numa sessão anterior da Assembleia Municipal, também o mesmo vogal referiu a propósito do campo de futebol municipal em Montalvo, que tinha saído num jornal a inauguração de um campo de futebol relvado e que esse concelho tinha um bom presidente, referindo que Constância não tem um campo de futebol relvado. Curiosamente, verifiquei que o concelho era Santarém, o concelho mais endividado do país e do distrito sem qualquer possibilidade de recuperação económica, sendo esse um bom Presidente, porque fez um campo de futebol relvado. Constância tem as contas em dia, mas parece que temos um mau Presidente, isto é apenas para perceber a questão dos números quando não se apresenta a fonte dos mesmos e tendo em conta a forma como são apresentados. Sabe, que o concelho de Constância é o vigésimo quarto (24.º), tendo subido da décima sétima posição (17.º) em 2001, para o vigésimo quatro (24.º), como o mais pequeno do país, ou seja, verificou-se uma subida, mas depois vem-nos dizer, isso é assim quando cai os números e nós ficamos, isto é preocupante, estamos nos 30 concelhos com menor natalidade, mas depois somos o 24.º mais pequeno do país, comparando isto os dados apresentados valem zero, quer dizer afinal ainda estamos acima da tabela. A perda de população em Santa Margarida, isso é real, mas foi porque o vogal Carlos Alves também



aqui ainda à relativamente poucos anos, quando discutíamos a construção de uma nova ponte, até dizia que “a Irlanda era dos países mais desenvolvidos da Europa e que só tinha 8km de autoestrada, portanto não precisávamos de ponte”, isto foi dito por si, quando discutíamos a questão da ponte, que nós não precisávamos de mais ponte, porque a Irlanda era dos países mais desenvolvidos da Europa, agora está na falência, e portanto só tinha 8 km de autoestrada, ninguém pode deixar de estar preocupado com a perda de população, porque isso é fruto de más políticas, todos os governos investem no litoral que é onde têm votos, não investem no interior, ainda esta semana em Castelo Branco são mais 700 trabalhadores que vão para a rua, porque os governos não apostam no interior, portanto não há a coesão territorial do país e isto empobrece o país. O Tramagal bem próximo de Santa Margarida, foi sempre governado pelo Partido Socialista, em mil novecentos e oitenta e um (1981), tinha sete mil (7.000) habitantes e nos censos de dois mil e onze (2011) tem três mil e quinhentos (3.500) habitantes, portanto não é a questão da gestão da CDU, é a questão geral e outros fatores que levam a isso. Santa Margarida tem mantido a população, mas o Tramagal em 30 anos perdeu metade da população, portanto algo está errado e com certeza que não são os gestores de Constância, nem os gestores de Abrantes, salientando que atualmente há muitos habitantes oriundos do Tramagal e que as escolas em Santa Margarida recebem muitos alunos vindo daquela freguesia, não sendo por acaso que isso acontece, mas sim porque houve investimento, e mesmo assim perdemos população. -----

Diz que o produto interno bruto em Portugal nunca cresceu tanto como na década de noventa, (90) e na década de dois mil (2000), mas aí com o crescimento muito mais. No entanto este crescimento levou-nos à bancarrota onde estamos agora. O vogal Carlos Alves fala nos investimentos da Golegã, da Barquinha, muito maior do que os de Constância e a situação sendo a situação desses concelhos idêntica à do país, o investimento é muito, pagá-lo é que não se sabe como. Da Câmara Municipal da Barquinha a nossa autarquia ainda não recebeu um cêntimo da ponte sobre o rio Tejo, e sabemos das dívidas, chamadas a curto prazo, não são enquadrados nos empréstimos bancários, a seis e sete anos, e mesmo assim apresenta os números atrás referidos. É fácil fazerem-se investimentos de milhões de euros, quando depois não se paga, portanto o PIB aumenta, e é esta a verdade que esses números refletem. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia submeteu à aprovação dos vogais a **ORDEM DO DIA**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com a seguinte constituição: -----

1. Período reservado à **intervenção do público**; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e Orçamento para 2012; -----
3. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º. 1 do artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
4. Outros assuntos de interesse. -----

**ORDEM DO DIA** -----



**1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

O munícipe Pedro Nogueira, residente na Rua do Outeiro, n.º 2 A, em Constância, interveio referindo que o assunto é um pedido de esclarecimento ao executivo: -----

**Ponto 1** - Terá sido devidamente ponderada a localização de um equipamento, que julga serem umas instalações sanitárias novas, que andam a ser edificadas no dito Parque de Merendas, em Constância. -----

**Ponto 2** – Caso se tenha realmente ponderado devidamente e chegado à conclusão (triste no seu ponto de vista) de que aquele local é o único passível de ser ocupado por aquela edificação, não há outros equipamentos que estão previstos para aquele espaço e que mereceriam na sua opinião, um projeto integrado que envolvesse todos os equipamentos, lembrando que já lá está um “barraco” e um telheiro, que ao que julga é definitivo, indo-se agora somar mais equipamentos. -----

**Ponto 3** – A densidade de instalações sanitárias que já existem em Constância, nomeadamente na zona baixa, referindo que existem duas que distam aproximadamente cem (100) metros daquela que está a ser edificada, justificaria a construção de uma outra, e num local que serve de sala de visita de Constância. -----

Terminou afirmando que “qualquer dia vão perguntar onde é que fica o Camões”? E como resposta, “fica ao pé das instalações sanitárias.” Ou perguntam, “onde é que ficam os sanitários”? Levando como resposta “fica ao pé do Camões”, diálogo que pensava impossível um dia acontecer. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Começou por dizer que “também podíamos estabelecer o diálogo Camões com o Jardim, mas como agora quem não gosta e há com certeza muitas pessoas que não vão gostar, dá mais jeito estabelecer esse diálogo menos bonito”. A Câmara Municipal ponderou a localização da infra-estrutura, reconhece que não é uma decisão brilhante, mas dada a utilização que o Parque de Merendas tem, passam por ali muitas pessoas para passear ou a lanchar, levou a que a autarquia optasse por instalar naquele espaço os sanitários. As instalações sanitárias, da Praça Alexandre Herculano estão um bocado distante e escondidas. Haveria outros locais ali de facto, mas que implicavam a entrada na salvaguarda da zona histórica, achando o projeto é muito leve e que não sobrecarrega aquela região, havendo a preocupação de o integrar. Também de referir que é uma obra de pouco valor que podemos fazer com recursos próprios, sem recorrer a financiamento comunitário, integra-se com dois outros projetos que estão candidatados. O “barraco” referido não é para ser definitivo, existe um projeto já financiado, tendo a autarquia recebido dinheiro para a sua execução, numa estrutura mais condigna para aquela região e com melhor qualidade. Depois será o espaço Camões que consta do arranjo das casas velhas que estão integradas no Jardim Horto. Afirma que existem constrangimentos, que obrigam a esperar, mas quer o “barraco”, quer estas instalações sanitárias vão de facto complementar as infraestruturas naquela zona, para ser uma zona de acolhimento, das centenas de pessoas, que vêm a Constância. -----

**Pedro Nogueira** – Recolocou a questão dizendo que segundo lhe parece vão construir três equipamentos, perguntando se não deveriam ser objeto de um projeto integrado, porque ao contrário do que o presidente diz, não advoga que umas instalações sanitárias devam ser menos



dignas que outras construções quaisquer, mas que se afirmem como um elemento completamente dissonante, o que nada tem a ver com o que se passa ali, é uma peça de arte que vai entrar em diálogo negativo com o monumento que lá está, que é o Camões, não sabe nem lhe interessa saber quem fez o projeto, acha que aquele espaço devia ser objeto de um projeto integrado para daí sair a forma, e a localização o mais discreta possível, mas nunca naquele espaço. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informou que os dois outros equipamentos têm intervenções dos mesmos arquitetos, e o arquiteto que fez este olhou para os outros projetos, excluindo desta discussão a chefe de Divisão da Câmara, que também teve a sua opinião obviamente, e portanto a autarquia achou bem o parecer e na opinião do trabalho daquele arquiteto que olhou para o trabalho dos outros e entendeu que ficava enquadrado. Afirma que não consegue ver antecipadamente se depois aquilo vai ficar em coordenação, mas com coerência a Câmara Municipal tem que acreditar nos arquitetos, entendendo e aceitando que nem todos os arquitetos vão concordar com a solução. -----

## 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) E ORÇAMENTO PARA 2012 -----

O Presidente da Assembleia perguntou se alguém estava interessado em intervir. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Fez uma breve explicação dizendo: “poderão aparecer perguntas idênticas às que foram colocadas em reunião de Câmara quando este documento foi apresentado, daí que muitos dos itens que estão nos projetos a reforçar, é que este dinheiro está a ser introduzido para se compararem com o orçamento que aprovamos, ele tinha lá um valor próximo, um determinado valor, e foi preciso fazer alterações orçamentais para manter o funcionamento do município, retirando verbas de algumas daquelas rubricas. Na ocasião desta revisão o que se fez foi voltar a colocar o dinheiro. Portanto quando se diz que estamos a reforçar, não quer dizer que tenha havido uma falha na previsão que foi feita no final do ano passado para este ano, o que acontece é que em muitos casos a autarquia retirou dinheiro e agora está a repô-lo, portanto tínhamos quatrocentos e trinta e nove mil euros (€ 439.000) euros de saldo, e aquilo que foi feito foi repartir esse saldo pelas rubricas onde tínhamos ido buscar o dinheiro anteriormente.” -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Informou que o que o senhor Presidente acabou de dizer em grande parte não se verifica e deu dois exemplos que considera flagrantes, pois aquando da apresentação do orçamento em Dezembro a bancada do PS chamou à atenção que havia rubricas no lado da despesa altamente sob avaliadas. Mais se compararmos os valores apresentados no orçamento, e deu como exemplo os combustíveis, o somatório do gasóleo, gasolina e outros, assim como os encargos das instalações, no orçamento que foi aqui apresentado em dezembro, os valores orçamentais eram irrisórios comparados com o que se víamos nas contas de gerência ao longo dos anos. Se nós formos buscar a evolução que estas rubricas tiveram como é apresentado no mapa da conta de gerência, temos o mapa que esclarece a evolução dos últimos anos até ao presente ano, e tínhamos valores muito mais elevados do que era apresentado, portanto nós sabíamos que era completamente esperado que estas rubricas tinham que ser reforçadas, porque estavam altamente sob avaliadas. E



deu alguns exemplos concretos, na rubrica de encargos das instalações, teve no orçamento apresentado um valor inicial de cento e sessenta e nove mil e quinhentos euros (€ 169.500), atualmente a dotação é de trezentos e oitenta e dois mil, cento e vinte euros (€ 382.120), tem um aumento de duzentos e vinte e cinco por cento (225%). Depois também existe um aumento, mas aí podemos também ter em consideração com a subida dos combustíveis, pode ter alguma influência, mas mesmo assim não justifica tudo, nos combustíveis existe uma dotação inicial, se somarmos gasolina, gasóleo e outros, neste momento a dotação é de duzentos e dois mil e quinhentos euros (€ 202.500), e no orçamento aprovámos cento e vinte e oito mil, setecentos e vinte euros (€ 128.720), portanto o que aconteceu, e se formos comparar no mapa da conta de gerência apresentado, na página vinte e nove (29), ao longo dos anos por exemplo, na conta de gerência, no mapa que dá a evolução de todos os anos com os valores totais, vê-se que todos os valores do ano de dois mil e nove (2009) para cá, eram todos superiores aos que eram apresentados no orçamento. Portanto este reforço não tem a ver com o que o presidente da Câmara Municipal acabou de dizer, de ter que se ir buscar para outras rubricas e agora reporem-se, rubricas que foram altamente sob avaliadas em dezembro. Agora qual é a justificação, se calhar tinha que ser assim, porque em dezembro, as despesas correntes apresentadas eram exatamente iguais em euros. No documento do orçamento para dois mil e doze, (2012) apresentado em dezembro, temos o valor das despesas correntes e da receita corrente e neste mapa o valor total das receitas correntes eram exatamente igual a 1 euro, com o valor das despesas correntes, ainda que forçado havia equilíbrio financeiro, as receitas correntes cobriam as despesas correntes. Diz que com o reforço apresentado, dá-se cabo do equilíbrio porque o saldo da gerência anterior, é totalmente aplicado em despesa corrente, portanto se a autarquia já estava no limite do equilíbrio entre a despesa corrente e a receita corrente, com estes montantes que estão a ser aplicados, este equilíbrio vai-se perder, porque todo o saldo é aplicado em despesa corrente, esta situação é preocupante, porque depois também tem que se considerar que o nosso município, é pequeno, que não tem capacidade para captação de receita, sendo esta situação preocupante, estando-se nos últimos anos a assistir a um aumento significativo da despesa corrente, sem que ela seja acompanhada pelo aumento da receita corrente. Face ao exposto pergunta quais são as medidas que o executivo está a tomar. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Salientou que a vogal Isabel Costa quando colocou essa questão a técnica responsável pela execução explicou o porquê e portanto disse e com razão que tinha que ser assim. Também é de referir que grande parte do seu discurso foi só para nos lembrar que sabe como é que isso se faz e sabe porque é que se fez. Não é verdade que a despesa corrente esteja a aumentar, o que está a aumentar é de facto o desequilíbrio entre a receita e a despesa e também sabe porque é que isso está a aumentar, toda a gente sabe, e portanto agora o que me diz é quais são as medidas que estão a ser tomadas. Os serviços e a autarquia estão a tomar medidas no sentido de reduzir ainda mais a despesa. A redução da autarquia na despesa no valor de dois vírgula seis por cento (2,6 %), é de facto muito pouco comparado com os quase trinta por cento (30%) da redução de receita, e portanto o que se vai fazendo é remar um bocado contra a maré, é tentar reduzir a despesa porque a receita, e é exatamente por isso que há bocado dizia; “façam favor de não nos andarem a pedir para fazer mais despesas”. -----



**Vogal Isabel Costa (PS)** – Respondeu dizendo, que considera numa situação destas em que há uma descida da receita corrente e uma subida da despesa corrente, deveria ser feito um memorando concreto ou outro documento que os serviços financeiros entendessem, de forma a conseguir-se reduzir a despesa corrente. Recorda o exemplo dado pelo vogal Mário Pereira aquando da discussão do orçamento, para a redução da despesa na iluminação pública, não sabendo se a autarquia já analisou essa sugestão, vendo-se isso sim, no documento, um reforço significativo para a iluminação pública. -----

Afirma não entender o que quis dizer o presidente da Câmara Municipal quando diz não “nos peçam para fazer despesas”, porque aquilo que afirmou anteriormente não deve ser visto como forma de saber como as coisas se calculam e se fazem, mas sim, alertando para a situação preocupante da autarquia. Termina referindo-se à intervenção do vogal Rui Ferreira sobre o endividamento das câmaras, afirmando que as coisas não são lineares, há câmaras endividadas, mas captam muita receita e as coisas não podem ser comparadas assim, portanto no concelho de Constância, temos um problema de captação de receita, e com a lei dos compromissos possivelmente a situação vai ser mais constrangedora, tendo-se que diminuir a despesa corrente em virtude da redução que se constata da receita. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente à questão da redução do consumo energético nós estamos inseridos numa Associação Médio Tejo 21, que tem estado a fazer um estudo e a apresentar sugestões no sentido de fazermos algumas reduções, estamos a procurar ir pelas medidas que não impliquem a substituição de equipamento, eventualmente reduzir o número de candeeiros, correndo o risco de haver protestos de alguns dos munícipes que possam ficar sem a luminária a funcionar junto há sua residência. O estudo está praticamente, feito não se focando somente à iluminação pública, mas também a autarquia está a pensar na redução do consumo energético dentro dos edifícios. -----

De seguida solicitou ao chefe de divisão para dar algumas indicações sobre esse assunto. -----

**Eng.º Jorge Heitor** – Relativamente à iluminação pública, na sequência de uma reunião ou duas que a autarquia teve no início do ano passado com alguns responsáveis da EDP, em abril ou maio do ano passado foram colocados, em Montalvo pelo no verão, e em Santa Margarida no final do verão, relógios astronómicos nos PT em Constância e não células, porque com estas não era possível fazer essa redução. Acrescenta que a medida tomada pela autarquia motivou muitas reclamações pessoalmente e na Câmara por escrito. -----

Relativamente a redução de iluminação pública, foi pedido para reduzir em média uma hora por dia. Aquilo que está estipulado a nível do tempo médio de iluminação pública, médio diário/anual é 11 horas, pensando-se que com esta redução, haveria uma diminuição de mais ou menos 10% da despesa relativamente à iluminação pública. Tal não foi possível por duas razões, uma porque na verdade só foi possível colocar relógios astronómicos por parte da EDP no concelho todo já próximo do final do ano e por outro lado porque o IVA aumentou, e por conseguinte a despesa não reduziu, mas aumentou. No ano passado a Câmara Municipal fez o pedido para a instalação dos relógios astronómicos, foi pedida uma reunião com alguns responsáveis da EDP e a autarquia tomou essa

medida e na verdade não conseguimos reduzir a despesa. Informou que na semana passada teve uma reunião na Barquinha onde estava a Médio Tejo 21, e de facto estão a fazer-se estudos não só a nível de iluminação pública mas também dos edifícios, para se apresentar uma candidatura ao QREN visando a concretização de reduções significativas a nível dos edifícios e da iluminação pública. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Diz que a questão que vai apresentar talvez não se enquadre neste ponto da ordem de trabalhos, mas porque se esteve a falar de energia e porque a energia está muito cara para os consumidores domésticos, para o Estado e para as Empresas, entende que o grande desperdício de energia é na iluminação interior dos edifícios, informando que tem em seu poder elementos comprovativos que pode facultar, acrescentando que é também na iluminação interior dos edifícios do estado e falando do concelho de Constância diz que na sua opinião tem que se ter uma intervenção mais capaz e rápida. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Afirma que de facto esta é uma situação difícil, é um momento difícil, as despesas têm sempre tendência a aumentar e as receitas a diminuir, dando como exemplo os resultados consideráveis do ano passado na recolha de impostos, nomeadamente IMT e Derrama. Entende que o ênfase que o Partido Socialista dá à questão da captação de receita e relativo, basta olharmos para a região do médio tejo, tirando quatro ou cinco grandes municípios, Abrantes, Torres Novas, Entroncamento com boas receitas do IMI, os restantes têm grande dificuldade na captação de receitas, porque de facto é no IMI que está a grande fatia da receita e não no IMT, derrama ou nos licenciamentos, e tudo isto é relativo, tem a ver com a dimensão dos concelhos. Diz que oitenta por cento (80%) da rede de distribuição de iluminação pública pertence à autarquia. Há quatro anos atrás a EDP pagava uma renda à Câmara Municipal, assim como o fazia a outras, dando esse dinheiro para pagar a iluminação pública, e ao fim de cada ano ainda recebíamos uma verba que era o remanescente desse aluguer. Afirma também que o ano passado a autarquia pagou mais de quarenta mil euros, como diferencial da renda paga pela EDP uso fruto dos equipamentos municipais e a energia consumida pela iluminação pública do concelho, ou seja a autarquia passou numa situação em que recebia para uma situação de pagante. Finaliza a sua intervenção dizendo que é urgente logo que terminem as obras na ponte sobre o rio tejo, que se levante a proibição da passagem de veículos pesados naquela travessia, pois a situação atual, para além de provocar um aumento substancial de combustível à autarquia, provoca também a perda de muitas horas de trabalho no trajeto alternativo utilizado, penalizando em muitos milhares de euros o Município no final do ano. -----

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI E AMR) e Orçamento para 2012, sendo aprovada por maioria, com seis abstenções da bancada do PS. -----

### 3 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º. 1 DO ARTIGO 53º. DA LEI N.º. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a Informação Escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenções sobre este assunto: -----



**Vogal Filipa Ferreira (PS)** – Interveio colocando duas perguntas: -----

1 - Para quando se prevê a abertura do Centro Escolar de Constância, será no próximo ano letivo, nomeadamente em Setembro? -----

2 - Qual a previsão para a finalização das obras da Ponte? -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que as obras do Centro Escolar estão atrasadas relativamente à sua conclusão prevista para Agosto, prevendo que o seu funcionamento tenha início no segundo período. -----

Relativamente às obras da ponte afirma que está a ser cumprido o cronograma, apontando para a sua conclusão o mês de Agosto, estando previsto durante o mês de Julho encerrada durante quinze dias (15) para colocar o novo. -----

Respondendo à preocupação do vogal Rui Ferreira, diz que a autarquia não está a conseguir convencer as entidades envolvidas, havendo por parte do Secretário de Estado das Obras Públicas um total alheamento sobre o assunto. Termina afirmando que não garante a retirada dos pórticos da ponte, garante é que vai ser instalado um sistema eletromecânico automático, poupando-se com esta medida o dinheiro pago a dois funcionários da autarquia que durante o dia, somente garantiam a abertura dos pórticos, para além da redução do consumo de combustível, face a algumas viaturas da autarquia passarem a poder circular naquela obra de arte. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Pergunta se os parceiros da autarquia no processo da ponte, já saldaram as dívidas que têm com a Câmara Municipal de Constância. -----

Gostava também de saber, de que se trata este financiamento PROVER na área da Proteção Civil, e também o ponto de situação do folhetim chamado PDM. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – O Informa que o investimento da Proteção Civil e PROVER é a gestão das faixas de combustível, a candidatura já tinha sido feita no ano passado tendo acontecido o mesmo este ano. -----

Quanto às dívidas da ponte, continua a REFER com a questão do pagamento do IVA, mas com o apoio da empresa de consultadoria que está a trabalhar com a autarquia, pensamos que vamos convencê-los e que na próxima semana ocorra o pagamento. As Estradas de Portugal aceitaram mas ainda não pagaram nada. A Câmara de Vila Nova da Barquinha aceitou tudo, mas não pagou nada ainda, mas como a Lei de Compromissos impõe, e se estabelecermos um plano de pagamentos, é uma situação que tem benefícios para ambos, porque estando o plano de pagamentos, essas verbas entram nos nossos fundos disponíveis e é bom para a Câmara de Vila Nova da Barquinha, pois em vez de terem que liquidarem tudo numa só vez poderão fazê-lo faseadamente. -----

Relativamente ao PDM, solicitou à chefe de divisão os esclarecimentos adequados. -----

**Arquiteta Manuela Lopes** – Relativamente à revisão do PDM a Câmara já submeteu a proposta à apreciação das diferentes entidades que constituem a Comissão de acompanhamento tendo o município recebido dessas entidades todos os pareceres, assim como, a proposta. Informa também que a única situação que ainda está pendente diz respeito à reserva ecológica nacional, tendo sido



solicitado à Câmara Municipal o estudo hidrológico, relativamente à ribeira da Pereira estando o mesmo a ser elaborado. A autarquia está a tentar a desafetação da REN do aglomerado da Pereira, e logo que esta situação esteja resolvida será apresentada a proposta para parecer final da Comissão de Acompanhamento, prevendo-se, se não houver nenhum imponderável, no final do ano está resolvido. -----

**Vogal Virgílio André (CDU)** – Informa que na análise feita aos documentos, constata que as dívidas a curto prazo totalizam trezentos e cinquenta e sete mil euros (€ 357.000,00) distribuídos essencialmente pelos meses de Abril e Maio, sendo as verbas dos meses de Fevereiro e Março pouco significativas, com valores de setecentos euros (€ 700) e mil oitocentos e cinquenta e oito euros, (€ 1.858,00) respetivamente. Salienta que no mês de Abril a dívida é de cento e dez mil euros (€ 110.000,00) e no mês de Maio, cento e quarenta e seis mil euros (€ 146.000,00) à Tecnovia, empresa que está a fazer a reparação da ponte sobre o rio Tejo, totalizando duzentos e cinquenta e seis mil euros, registando-se, entre este valor e o valor referido acima (357.000,00), um diferencial de cem mil euros (€ 100.000,00). -----

Diz ainda, que as dívidas a longo prazo estão mais ou menos a dez anos do fim, e que fazendo-se a média entre o valor do juro inicial e do juro atual, estão um pouco abaixo dos cinquenta por cento (50%), ou seja, houve empréstimos que começaram a cerca de cinco por cento (5%) e neste momento estão a pouco mais de um por cento (1%). -----

Considera, um pouco estranho dizer-se que Constância não tem capacidade de gerar receitas para o futuro, enquanto no passado até agora, sempre teve capacidade de gerar receitas para honrar os seus compromissos. Ter a dívida que tem, trezentos e cinquenta e sete mil euros (€ 357.000,00), repartida por dois meses, e comparada com a que têm outros municípios, é irrelevante, sendo o equivalente ao custo aproximado duma rotunda executada num concelho próximo de Constância e do conhecimento dos eleitos do P.S. -----

Diz que o vogal Rui Ferreira afirmou, e muito bem, que a autarquia não tem tido, e não vai ter capacidade de gerar receitas. O que os eleitos da CDU sabem é de onde elas vêm, outras autarquias provavelmente têm essa capacidade, não sabe onde gastam o dinheiro, geram receita e não pagam, inclusive não pagam aquilo que os munícipes lhes dão, em troca dum serviço, para pagarem à empresa Resitejo, que está com dificuldades económicas, no entanto o município de Constância sem capacidade de gerar receita, paga, fazendo autênticos milagres com as receitas geradas. -----

Salienta o facto de a bancada do PS efetuar comparações com os concelhos nossos vizinhos, mas se fizermos as comparações com os mesmos em relação à movimentação financeira, não estou a considerar que as pessoas não são sérias, as pessoas são oportunistas é o que elas são, sérias podem ser, mas oportunistas no captar do voto, isso elas são. Quando analisamos nos mapas a dívida a longo prazo cujo valor é mais ou menos de quatro milhões de euros (4 milhões de euros), muito para uns, pouco para outros, para si considera pouco relevante o valor aplicado em investimento num concelho com a dimensão do de Constância. Afirma ainda que com a lei que está a ser criada em relação ao IMI, que retira o dinheiro do bolso das pessoas não permitindo às autarquias retê-lo para aplicar futuramente em investimentos, é pura e simplesmente uma lei que considera pornográfica,



não tem outro nome, entregá-lo ao Estado para amortização, como nós não temos dívida ao Estado, teríamos que o amortizar junto dos bancos, iríamos ter um prejuízo enorme, e se a autarquia necessitar de financiamento daqui a três ou quatro anos, na melhor das hipóteses, o financiamento seria a sete por cento (7%), deixando de pagar uma verba a juros de um por cento (1%). Termina a intervenção, dizendo aos vogais do PS para serem justos e honestos, porque a redução do IMI é a ruína de qualquer câmara, especialmente da de Constância que gera pouco receita, esperando que no próximo orçamento não apresentem propostas menos sérias, que servem apenas para enterrar o município, salientando a justeza da proposta que o vogal Rui Ferreira apresentou nesta sessão, pois para além dos munícipes pagarem menos, a autarquia fica beneficiada. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Afirma que na Informação da atividade de município, vem uma adjudicação de bens e serviços, nomeadamente uma aquisição de uma viatura ligeira Toyota Dina, no valor de vinte e um mil e quinhentos euros (€ 21.500,00), deixando-o preocupado, porque é mais uma despesa a somar há já existente, solicitando ao presidente da autarquia qual a justificação para a aquisição de uma nova viatura, nomeadamente para o serviço de Jardinagem, quando tantas outras existem no município que na sua opinião poderiam efetuar esse serviço.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa o vogal Marco Gomes de que já estava previsto no Plano e no Orçamento a aquisição da referida viatura, afirmando que o executivo teve oportunidade de referir que o serviço de jardinagem estava a ser feito por uma empresa por um custo que a autarquia podia baixar. A Câmara Municipal fez um estudo no sentido de saber o que poderia fazer com esse dinheiro, e em que período de tempo o capital iria ser recuperado. O planeamento foi, no 1.º ano, para além dos vencimentos do pessoal que se admitiu para a jardinagem, adquirir algumas máquinas indispensáveis e adquirir uma viatura, e no ano seguinte, adquirir outra viatura, que é esta que está no plano. Termina afirmando que de acordo com o estudo que foi feito, no final do ano a autarquia terá poupado todo o dinheiro que gastou, quer em viaturas, máquinas e nos vencimentos de cinco pessoas, realçando para o facto de os trabalhadores agora admitidos pertencerem ao concelho, ao contrário do que acontecia com a empresa, que para além de prestar um mau serviço, empregava poucas pessoas do concelho. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Afirma que o presidente, efetivamente justificou a contratação dos funcionários para a jardinagem, mas não tem nada a ver com a pergunta, neste sentido poderia ter apresentado como justificação o facto da viatura em questão passar por baixo dos pórticos da ponte minimizando o custo do combustível, e então justificava efetivamente um pouco a questão, mas com outra carrinha até se vai gastar mais, voltamos há mesma coisa. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Diz que aquilo que o vogal Virgílio André disse, veio ao encontro daquilo que a sua bancada tem dito, é uma realidade, que a Câmara Municipal de Constância depende em cerca de 85% das transferências do Orçamento Geral do Estado, foi isso que aconteceu no passado, é isso que acontece agora. O grande problema que se põe hoje em dia, são os obstáculos que o Governo, que temos neste momento, está a pôr ao poder local, está a cortar a autonomia financeira e administrativa dos municípios, nomeadamente com a questão da lei dos compromissos, que vai



trazer mais problemas ao Poder Local, daí o nosso discurso ser obviamente idêntico, temos de ter a consciência de que em termos de gerar receita, Constância não tem grande capacidade. -----

Finaliza, perguntando ao presidente da Câmara Municipal se tem alguma informação, sobre a saída de alguns serviços do Agrupamento dos Centros de Saúde, uma vez que ouviu na comunicação social, que eventualmente se estava a preparar para sair, retirar a sede de Constância. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Solicitou ao Chefe de Divisão para dar informação sobre a aquisição da viatura. -----

**Eng.º Jorge Heitor** – Informou que a autarquia tem uma equipa de jardinagem por cada freguesia. O município possui uma viatura Toyota Dina com quatro anos de idade, tendo adquirido, conforme estava previsto no orçamento, uma nova viatura para garantir a continuidade do serviço de jardinagem anteriormente garantido, por uma empresa que entretanto rescindiu contrato com o município. Diz, que escolha do tipo de viatura não foi feita por causa de passar a ponte, o município tem quatro viaturas do mesmo tipo mas com menor capacidade de carga, tendo duas delas vinte e tal anos e mais de quatrocentos mil quilómetros. A aquisição da nova viatura permite também ao município, colocar uma na parte sul e outra na parte norte do concelho no serviço de jardinagem. ----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Diz que no documento, na parte dos concursos de aquisição de bens e serviços em fase de lançamento, é apresentada uma prestação de serviços de assessoria técnica na área financeira, em cerca de treze mil euros (€ 13.000,00), pergunta qual é o período de tempo, a duração e o objetivo, para que se possa fazer uma avaliação da necessidade desta prestação de serviços. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que o período é de um (1) de junho a trinta e um (31) de Dezembro. O objetivo é ajudar a autarquia a organizar os serviços, face à nova legislação, quer da Lei dos compromissos, quer em relação a alguns aspetos sobre os quais tem dúvidas quer no domínio da contratação, quer também no apoio a uma área importante que tem a ver com taxas e tarifas e que liga diretamente com o licenciamento zero que está sob a alçada da chefe de divisão, ou seja, engloba é um conjunto de atividades relacionadas com a atuação dos serviços á nova Legislação e também algumas retificações entretanto feitas, para as quais o município não tinha capacidade de resposta a curto prazo, por falta de tempo disponíveis dos funcionários da autarquia. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Afirma que a decisão é do executivo, não tendo ideologicamente alguma coisa contra a iniciativa privada e há contratação de serviços a entidades privadas, no entanto, numa altura em que se tem que reduzir despesas, e havendo três técnicos superiores na secção financeira, que mesmo não tendo neste momento os conhecimentos, face às alterações que tenham ocorrido, nomeadamente a Lei dos compromissos, que suscitam duvidas a dissipar, que era menos dispendioso dar formação aos técnicos, servindo até como um investimento da autarquia, parecendo-lhe que a quantia paga por um período de seis (6) meses é muito dinheiro, tendo em conta que existem entidades públicas, nomeadamente a DGAL, o CEFA a ATAM, entidades ligadas às autarquias locais que esclarecem dúvidas, que realizam ações de formação, surpreende-a um pouco



a decisão tomada, sabendo-se também, que a empresa em questão não faz parte do concelho, e que logicamente incluirá no orçamento despesas com deslocações. -----

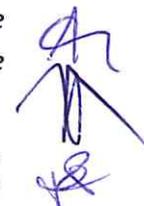
**Presidente da Câmara Municipal** – Informa, que o executivo teve o cuidado de analisar a situação, tendo, as reservas levantadas, passadas a papel químico, assim como outras que foram pronunciadas na reunião de Câmara. Diz que os técnicos têm ido a ações de formação, e que se fossem a mais ações de formação, significava dias de ausência ao trabalho, e o acumular de serviço. O preço das formações referidas é baixo ou quase nulo, enquanto estas, têm um custo por pessoa, de trezentos e cinquenta euros por dia. Com esta solução os técnicos recebem formação no local de trabalho, sendo positiva na opinião dos mesmos, quanto aos conhecimentos adquiridos. Quanto à autarquia ter técnicos capazes em quantidade suficiente, informa que o responsável pela parte financeira é o presidente da Câmara Municipal, e como tal é ele que faz a avaliação. -----

#### 4 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

**Vereadora Júlia Amorim** – Respondeu á questão colocada pelo vogal Carlos Alves, dizendo que está previsto a fusão do ACES dos dois agrupamentos, Serra D’Aire e Zêzere, que vai desde o concelho de Mação até ao concelho de Ourém, passando por Ferreira, e segundo consta a sede será nos Riachos. Esta proposta da fusão dos ACES, preconiza a rentabilização de recursos, mas a autarquia já tomou uma posição onde dissemos que tínhamos muitas dúvidas e que ao concretizar-se, seja eficaz, pois, não se viu qualquer tipo de melhoria em termos da prestação dos cuidados de saúde primários. No respeitante à sede, dissemos que Constância seria o mais indicado, por várias razões, uma delas pela centralidade, quem vem de Ferreira do Zêzere vem mais facilmente a Constância, do que vai aos Riachos, assim como de Mação, tivemos até o cuidado de enviar um mapa com as vias de comunicação. Por outro lado também relembramos, que o edifício em Constância foi construído com uma perspetiva, de ser Centro de Saúde, mas também e ainda no tempo da sub-região de Saúde de Santarém de fazer aqui um dos polos de formação, foi a Câmara que cedeu gratuitamente os terrenos e de alguma maneira se sente com legitimidade para continuar a achar que para além do Centro de Saúde devem aqui continuar os serviços para os quais se previa que fosse instalado, ou fosse a complementaridade dos serviços de saúde na nossa região. A nossa posição, é que será uma mais-valia que a sede seja em Constância ou pelo menos alguns serviços mas o que sentimos é que anda tudo à deriva, temos a questão do Centro Hospitalar do Médio Tejo, e a título só de exemplo, primeiro mudaram a pediatria para Torres Novas, agora parece que deve ir outra vez para Abrantes.

**Vogal Rogério Palácio (CDU)** – Apresentou uma Moção sobre os “Cuidados de Saúde no Concelho de Constância e muito particularmente na Freguesia de Montalvo” -----

*“Reuniu, nesta mesma sala, no passado dia 21 de Junho de 2012, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e em que na sua ordem de trabalhos constava a discussão e votação da proposta do Plano de Ação para 2012. Nas várias áreas de intervenção propostas no referido plano constava, e continua a constar porque a mesma foi aprovada por maioria, o eixo 7 relativo á saúde, em que a finalidade geral é textualmente “melhorar o acesso aos cuidados de saúde”. “Manter todos os espaços de prestação de cuidados de saúde primários do Concelho a funcionar” e “Melhorar a prestação de*



*cuidados de saúde à população de Montalvo” são os dois objetivos concretos, relativos a este eixo, inseridos no documento. Para surpresa e indignação da maioria dos presentes, ficou a saber-se, através da representante do Coordenador do ACES, que o Senhor Coordenador “não assume manter todos os espaços de prestação de cuidados de saúde primários a funcionar” e, o Senhor Coordenador não concorda com o texto “melhorar a prestação de cuidados de saúde à população de Montalvo” e a terminar, o Senhor Coordenador “não concorda com os objetivos do CLAS”. É conhecido por todos a desorganização, e não tanto a falta de profissionais como muitos nos querem fazer crer, que levou ao encerramento de muitas extensões de saúde no país e por via disso ao desaparecimento da prestação de cuidados às respetivas populações. Os mil e trezentos habitantes de Montalvo, muitos deles, social e economicamente fragilizados, não podem ficar abandonados à sua sorte no que à saúde diz respeito. A sociedade e o Estado têm para com estes cidadãos o dever de tudo fazer para os manter saudáveis. Á muito que o acesso aos cuidados de saúde da população de Montalvo tem vindo a ser inviabilizado. Veja-se a tortura, sim repito, tortura, que é obrigar um cidadão doente e debilitado a deslocar-se a consultas de recurso à cidade de Abrantes, sem a certeza de ser atendido, quando, estas consultas poderiam e deveriam ser feitas na sede do nosso Concelho. Assim, na já referida reunião do CLAS ficou bem claro que “melhorar os cuidados de saúde à população de Montalvo” não é uma prioridade, nem sequer uma vaga intenção das Entidades que têm por missão prestar cuidados de saúde de proximidade a esta população. Em conformidade com moções anteriormente apresentadas nesta Assembleia, nomeadamente a 28 dezembro de 2009 e 30 setembro 2011 e muito particularmente no decorrente da já citada reunião do CLAS, não podemos aceitar tais tomadas de decisão. Assim, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 29 de Junho de 2012 delibera: -----*

*Ponto 1 – De acordo com a opinião do Senhor Secretário de estado da saúde perante a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, manifestar a sua firme oposição ao encerramento dos espaços de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente Montalvo, a funcionar no Concelho. -----*

*Ponto 2 – Continuar a apoiar e desenvolver ações, repudiando as posições do Senhor Coordenador do ACES, no sentido de melhorar a prestação dos cuidados de saúde na freguesia de Montalvo. -----*

*Ponto 3 – Enquanto não funcionar plenamente a extensão de Saúde de Montalvo, a Assembleia Municipal de Constância, delibera ainda, exigir a criação de condições, por parte do ACES e ARS, para que o atendimento dos utentes de Montalvo seja efetuado no Centro de Saúde de Constância e não nas consultas de recurso em Abrantes. -----*

*Ponto 4 – Enviar esta moção ao Senhor Ministro da Saúde, Senhor Secretário de Estado da Saúde, Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS, PCP, BE e Verdes, Senhor Diretor da ARS, Senhor Coordenador do ACES e jornais locais e regionais.” -----*

**Presidente da Assembleia** - Questionou quem se opõe a que Moção seja posta à discussão, não havendo objeções, foi posta à discussão. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Perguntou quais foram os motivos que o coordenador apresentou para não assumir e discordar com coisas que nos parecem que são de defender, não entendendo. -----

**Vogal Rogério Palácio (CDU)** – Respondeu que lamentavelmente não pode responder, pois os assuntos que foram invocados com esta frieza e com a crueza das palavras que referiu anteriormente “*não está de acordo com os objetivos*”, foi esta a mensagem que fez chegar a esta reunião do CLAS, pelo seu representante. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Perguntou se foi o Diretor do ACES, a fazer este tipo de comentários ou se foi alguém em sua representação, porque na sua opinião é grave dizermos que foi ele, quando certamente não foi. De seguida perguntou se o vogal esteve presente nesta comissão ou como é que teve acesso a esta informação, se foi buscar a algum lado que seja possível também consultar. -----

**Vogal Rogério Palácio (CDU)** – Informa que não estive na reunião do CLAS, mas a informação foi-lhe transmitida pelos presentes, portanto tem toda a fidelidade. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Questiona se os presentes será muita gente, para acrescentar, que mais uma vez a informação só chegou para uma das bancadas. Diz que concorda inteiramente com aquilo que está escrito no documento, tanto mais que já são várias as vezes que se falou sobre o assunto de Montalvo, que é necessário resolver, no entanto, estar-se a usar o nome de pessoas, sem terem estado presentes, não sabendo se será verdade aquilo que foi dito, gostando por isso ver ata. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – O Vogal Marco já disse estar de acordo com o que é essencial naquele texto. Se bem depreendi pelo aquilo que ouvimos, porque não temos a moção na nossa frente, mas percebi que o Senhor Diretor se fez representar por um profissional, isso está claro no texto que o Vogal leu. Também o CLAS é constituído por várias pessoas, nomeadamente pelo Presidente da Junta de Montalvo e pelos representantes de instituições do Concelho, portanto o Vogal Marco Gomes se não confia inteiramente naquilo que é dito, tem possibilidades de confirmar com as pessoas que mencionei, além de que está aqui na sala, eleitos que estiveram nessa reunião e que podem naturalmente com a sua palavra de honra, confirmar aquilo que foi lido. -----

De seguida informou que o Presidente da Câmara já tinha manifestado a vontade em falar, através presumo eu da representante do município no CLAS que é a Vereadora Júlia Amorim. -----

**Vereadora Júlia Amorim** – Considero este assunto demasiado importante para estarmos a desviarmos do assunto essencial, o CLAS é constituído por vários parceiros e naturalmente que há pessoas que se sobrepõem em diferentes órgãos, como é o caso de três pessoas que estão nesta sala e estavam também nessa reunião, o vogal Marco Gomes em representação de uma Associação na qual é Presidente, o vogal Rui Ferreira em representação da Associação Filarmónica Montalvensense e o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida, esteve também o Presidente da Junta de Montalvo que é pena não estar hoje aqui, porque foi uma das primeiras pessoas que se insurgiu, porque ficamos todos chocados com esta posição. Vamos ao essencial, o grave da questão é que a proposta feita pelo núcleo executivo do CLAS e não foi por acaso que diz manter todos os postos de cuidados de prestação de saúde no concelho, porque já tivemos em reuniões onde foi ventiladas essas hipóteses, e podemos perspetivar o encerramento da extensão de saúde de Montalvo. Utilizemos todos os meios institucionais que estão ao nosso alcance, vamos unir-nos e chegar a



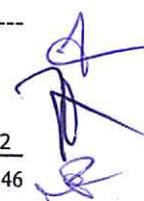
quem de direito para fazer sentir isto, porque é urgente. No próprio Conselho Local de Ação Social, tomamos uma posição em que foi questionada a Administração Regional de Saúde, portanto eu faço um grande apelo para não seja apenas uma moção, mas que a Assembleia Municipal tome por unanimidade uma posição que faça sentir superiormente. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Referiu que antes da senhora vereadora intervir, pensava que estava louco, pois tinha quase a certeza que o vogal Marco Gomes estava na reunião de CLAS, daí não entender as suas dúvidas. Agora, já entendeu a posição e as dúvidas do vogal Marco, assim como, o seu incómodo, por o Coordenador ser uma pessoa que já teve responsabilidades políticas na área do seu partido, e até já foi candidato à Câmara Municipal, pelo Partido Socialista. No entanto não vejo como é que se pode pôr objeções nesta Assembleia na defesa dos Cuidados de Saúde do concelho, e no CLAS, somos representantes de instituições com o dever de defender as populações do concelho e a saúde no concelho, não sei como é possível colocarem-se estas objeções, não entendo, ou então alguns de nós não estão aqui, para defender as condições de saúde no concelho, mas estão aqui para defender outras coisas.-----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Diz que depois da demagogia do vogal Rui Ferreira, dizer aquilo que ele pensa, ou aquilo que ele quer que ele pense, dizer que responsáveis políticos assumirem na Assembleia Municipal que quando vão a uma reunião do CLAS em representação das associações para as quais são eleitos, parece que vão como membros políticos, isto é inadmissível, porque enquanto político é vogal da Assembleia Municipal, e sabe discernir aquilo que é a sua posição. Dizer também, que o CLAS tem regulamentos, tendo poder e legitimidade para fazer chegar a esta Assembleia Municipal, uma declaração para ser votada e dar força a mesma, e nunca a mesma deveria vir da bancada da CDU, isto é oportunismo político. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Relembrou que já algumas vezes, não muitas, mas já algumas, foram encontrados consensos, em que uma bancada apresentou um texto e a outra alia-se e vota a favor, portanto se isso acontecer hoje, também não creio que seja uma coisa virgem, já aconteceu o oposto, o PS apresentar uma ideia ou propostas e os outros eleitos votarem a favor. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Referiu que no geral concorda com as conclusões apresentadas pela vereadora Júlia Amorim, dizendo que em função de muitas situações que têm ocorrido nesta Assembleia Municipal ao longo destes anos, gostava de ler um pequeno texto que faz parte de um livro que está a escrever, *“Aquilo que quero é que a voz popular tenha influência e que sejamos uns verdadeiros combatentes da liberdade, queremos ser influentes através da palavra, da voz, da comunicação oral que de boca em boca cresce e se transforma numa lenda, nunca mais deixaremos que o culto, a fé ou aquilo que me parece o mais correto, o fanatismo prevaleça”*. Sem querer ofender ninguém acho que muitas vezes nesta Assembleia Municipal houve fanatismo do lado dos partidos políticos, nem vou retirar o PS, porque pode eventualmente alguma circunstância ter ido pelo caminho negativo, por isso concordo com as conclusões da vereadora, toda a Assembleia Municipal deve estar preocupada com a saúde do concelho de Constância e com a saúde em Portugal, vamos todos defender a saúde no concelho. -----



**Presidente da Assembleia Municipal** – Interveio referindo que do seu ponto de vista a análise desta moção teve como finalidade envolver todos e não só a bancada da CDU, mas sim toda a Assembleia Municipal. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Referiu que concordava com o Presidente da Assembleia e quando ouvimos a moção, pelo menos quem não tem assento no CLAS, percebe sem dúvida nenhuma que era um assunto de extrema importância, que iria ser aprovado por unanimidade, tal como já aconteceu e foi referido pelo vogal Rogério Palácio, que esta Assembleia já aprovou por unanimidade, dois documentos na área da saúde. Dizer, que quando colocou a questão, não teve nada a ver com o que o vogal Rui Ferreira disse, de se tratar de um antigo candidato do Partido socialista, mas apenas por ser uma pessoa do concelho que tem trabalhado em prol da saúde do concelho, portanto a sua perplexidade, apesar de tudo, teve uma resposta esclarecedora, tal como os restantes eleitos. Quando o vogal Marco Gomes referiu na sua intervenção, que o CLAS poderia ter aprovado um documento para vir à Assembleia Municipal, pensa que podia ter outro impacto, no entanto isso não impede que a moção seja aprovada por unanimidade, o que causou algum burburinho nesta Assembleia, foi algumas pessoas estarem presentes no CLAS e saberem mais que outras, achando que estamos todos de acordo com o conteúdo da moção e que a mesma deve ser aprovada por unanimidade. -----

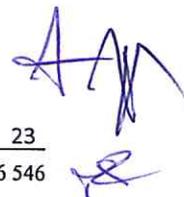
**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou, que certamente na reunião do CLAS ninguém se lembrou de seguir essa metodologia relativamente à posição, mas é um assunto importante e deve ser assumido por todos. -----

**Vereadora Júlia Amorim** – Referiu, que o assunto é demasiado importante e delicado para ficarem dúvidas no ar, e no que diz respeito ao Dr. Fernando, médico no nosso concelho há muitos anos, ninguém tem dúvidas da dedicação que ele põe ao nível do trabalho e da sua profissão, tanto é que acumula, a direção do ACES com as consultas em Santa Margarida, tendo o cuidado de mandar um e-mail a dizer que não podia estar presente na reunião, porque ia para as consultas, enviando o seu substituto. -----

Finaliza, apelando para que sejamos claros, pois, todos os eleitos sabem que o presidente da Junta de Montalvo se tem preocupado com esta questão, sabem que a informação circula, porque os eleitos nas reuniões da Câmara informam os eleitos da Assembleia Municipal, portanto, todos podiam ter tomado esta posição, deixando, o desafio a todos a fazerem algo mais, para além de aprovarem esta moção. -----

A moção foi aprovada por **unanimidade**. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Informa que face ao que aconteceu na sessão anterior da Assembleia Municipal, e na sequência de uma declaração feita no início desta sessão, vai apresentar uma moção sobre o Movimento Associativo Concelhio, que tem sido ao longo dos anos, um pilar essencial na promoção do Desporto da Cultura e do Recreio da nossa população. -----



*“As várias centenas, milhares englobando organizadores e participantes, de pessoas envolvidas nas atividades regulares e ocasionais promovidas por estas instituições tornam o nosso município num dos mais dinâmicos e pujantes em matéria de participação associativa popular.-----*

*Um número, superior à centena, de dirigentes Associativos concelhios confere à nossa comunidade um nível considerável de conhecimento na gestão pública que não deve ser desperdiçada, muito menos combatido, mas sim, estimulado e acarinhado. -----*

*Os resultados obtidos (e a formação ministrada) pelos e aos escalões jovens das equipas de futebol da Casa do Povo de Montalvo, fruto do trabalho de uma Secção Desportiva dinâmica, empenhada e esforçada, merecem da nossa parte o nosso maior reconhecimento e admiração. -----*

*Lamentamos o facto das condições do campo sejam de facto muito precárias. -----*

*Demasiado tempo gasto para a legalização da posse do terreno e a conseqüente perda de oportunidades de recurso ao financiamento comunitário levaram-nos a uma situação em que só um grande esforço e união entre o Executivo Municipal e a Casa do Povo poderão atenuar as condições atualmente existentes.-----*

*Os mais de 100 jovens, alunos e músicos, enquadrados pela Associação Filarmónica Montalvense, tornam a Freguesia de Montalvo e o todo o restante Concelho num exemplo, em como é possível, numa pequena comunidade, o acesso a áreas culturais muitas vezes apenas acessíveis nos grandes centros urbanos. Os locais de convívio que são hoje as sedes das Associações, exemplos da S. R. Portelense, Clube Estrela Verde e a Casa do Povo de Montalvo, entre outras, desempenham nos tempos atuais uma função imprescindível na sociabilização geral e intergeracional muito enriquecedora para a convivência da população. -----*

*As ofertas proporcionadas pelas coletividades às populações residentes, mas não só, que vão desde o jogo das cartas, chinquillo, ping pong, ginástica, dança, música popular, festas de aldeia, concursos de pesca, torneios de futebol, passeios pedestres, passeios lúdicos a outros pontos do país, não seriam possíveis sem a existência das instituições já referidas mas também da Associação de Santo António, do Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Mestre, do Grupo Aldeense, do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Malpique, do Grupo Emoções, da Universidade Sénior, as ofertas proporcionadas, não seriam possíveis sem este grande coletivo de instituições e dirigentes.-----*

*Não podem os eleitos locais discriminar seja qual for a coletividade sob pena de estar a empobrecer o concelho. Por tal ou tal direção não pertencer ao nosso partido não pode, nem se deve, utilizando o lugar para o qual se é eleito, mover-lhe uma guerra na tentativa de provocar homicídio ou mesmo levá-la a suicídio.-----*

*Na última Assembleia Municipal realizada a 27/4/2012, foram aqui apontadas, sem especificar, pelo Vereador Rui Pires “ilegalidades e irregularidades” existentes na Associação 4 Cantos do Cisne. Desafiado a apresenta-las, tal não aconteceu até hoje. O que significa que este senhor continua a jogar na suspeição sobre a idoneidade e seriedade dos outros na tentativa de assim destruir uma das mais representativas associações Concelhias.-----*

*Será bom lembrar que a Associação os 4 Cantos do Cisne, tem hoje sobre a sua responsabilidade um total de 52 trabalhadores, distribuídos nomeadamente, pela componente de apoio à Família através das AECs do Concelho e pela Empresa de Inserção com trabalhadores na própria associação, na Câmara Municipal na JF de Santa Margarida e na JF de Montalvo, esta, como sabem, do PS Partido do Senhor Vereador.* -----

*Esta Associação é a 7.ª empregadora do Concelho. Fruto de parcerias internacionais, algumas únicas no nosso distrito, tem em permanência cidadãos estrangeiros no nosso Concelho. Desde de 2004 foram mais de 150 jovens concelhios participantes em atividades internacionais sendo a maioria desenvolvidas em países estrangeiros.*-----

*Nas AEC'S trabalha com 200 crianças do 1.º ciclo e Pré-escolar, em ATL desenvolve atividades para 240 crianças, das quais apenas 60 são comparticipadas pela segurança social. É a responsável pelo projeto de intervenção precoce no Concelho. Em 2011 movimentou cerca de 590.00 euros. É fiscalizada mensalmente pelo I.F.P., e ainda pela Segurança Social, pelo IPJ, CMC, Min. da Educação, Finanças, e Órgãos Sociais da Associação.*-----

*Não é aceitável, nem pactuamos, com a existência de ilegalidades que configurem uma gestão dolosa de qualquer instituição, mas isso tem que ser aferido pelos tribunais, pelos Órgãos Sociais da Associação e pelos seus Associados onde se encontram alguns Socialistas eleitos locais e certamente muitos outros anónimos.* -----

*Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 29 de Junho do ano de 2012 delibera:* -----

*1 – Pelo papel insubstituível em prol da cultura do desporto e do recreio no Concelho, manifestar o seu elevado apreço e reconhecimento a todas as Associações, Coletividades e Dirigentes Associativos Concelhios;* -----

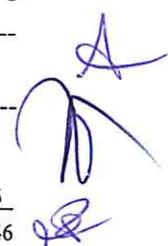
*2 – Repudiar veementemente as atitudes de perseguição, suspeição, insulto e parcialidade por parte do Senhor Vereador Rui Pires (infelizmente com o silêncio da bancada do PS) para com algumas associações Concelhias e muito particularmente para com os 4 Cantos do Cisne;* -----

*3 – Perante os ataques de que tem sido alvo, por parte do Vereador referido no número anterior, manifestar a nossa total solidariedade para com a Associação Os 4 Cantos do Cisne, seus dirigentes e trabalhadores enviando um incentivo muito forte para que continuem a trabalhar em defesa do bem estar das populações do Concelho de Constância;* -----

*4 – Enviar esta moção para todas as Associações e Coletividades do Concelho.”* -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Questionou o plenário se algum vogal se opunha ao prolongamento da sessão por mais meia hora, tendo o vogal Virgílio André discordado, afirmando no entanto, que iria manter-se na sala por considerar os assuntos a discussão de grande importância. O prolongamento da sessão foi aprovado por maioria, com o voto contra do vogal Virgílio André. -----

De seguida a moção foi posta à discussão. -----



**Vogal Isabel Costa (PS)** – Referiu que não percebeu o objetivo desta moção, acha que muitas das coisas podiam ter sido ditas sem estarem contidas numa moção. Quando se apresenta uma moção deve ter um fim claro, e nesta moção não se percebe. Não se opôs à discussão, mas na sua opinião acha uma moção tão extensa, que engloba coisas que não tem nada a ver umas com as outras, que mistura situações pessoais, com associações, que é uma moção sem pés nem cabeça. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Concordeu com a colega Isabel, acha que é uma moção propagada sem conteúdo, ofende pessoas e não tem cabimento. Diz que os quatro (4) Cantos do Cisne é uma Associação que faz um trabalho muito importante no concelho de Constância, nomeadamente na questão da internacionalização, que é um dos caminhos de futuro no concelho de Constância e deste país, mas o que acha mal, é esta apropriação da CDU, dos quatro (4) Cantos do Cisne, não podendo haver inversão de papéis. -----

**Vogal António Louro (PS)** – Disse que é triste estar-se a apontar o dedo, esquecendo que também tem um antecedente desse género. Na Moção que o vogal Rui Ferreira apresentou fala-se na maior parte das coletividades do concelho, mas esqueceu que um dia guardou no bolso a apresentação de uma associação, e hoje voltou a não focá-la, a Associação de Caçadores da Pucariça e Casal do Rei. É uma Associação de Santa Margarida que foi apresentada formalmente à Câmara, na altura ao vereador Rui Ferreira. Nesta data a Associação tem sócios de todo o concelho, não são muitos, talvez por não ser reconhecida por parte do município, é uma vertente diferente, dos quatro (4) Cantos do Cisne, que deve ser valorizada, neste caso a única Associação do concelho, numa vertente em que existe duas zonas de caça no concelho. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informou que o vereador Rui Pires quer esclarecer algumas coisas que foram mencionadas, mas pediu para ele ser breve, dizendo que não é mau sermos esclarecidos até porque ainda não apresentou provas das afirmações que fez na última Assembleia. -

**Vereador Rui Pires** – Disse que não trazia nada preparado para esclarecer em concreto qualquer ilegalidade ou irregularidade, diz que as conhece e que tem documentos referentes a essas afirmações, mas o que estaria à espera que acontece-se hoje nesta sessão e quando ouviu o vogal Paulo Varino, como representante dos Quatro Cantos do Cisne, membro da direção, com certeza também pode partilhar informações. Também a vereadora, foi associada dos Quatro Cantos do Cisne até pelo menos Fevereiro de 2011, a vereadora Manuela Arsénio ainda será associada, temos várias pessoas que têm uma situação normal de contato, até porque esta Associação como toda a gente aqui disse e defende, está presente em todo o concelho, mas parece que só o vereador Rui Pires é que sabe, e que tem de trazer aqui essas informações. O que pretende é que o tratamento que é dado à Associação Os Quatro Cantos do Cisne, seja transparente, e não é, tem acontecido inúmeras situações em que há uma enorme falta de transparência, uma enorme confusão de responsabilidades entre a Câmara Municipal e esta Associação, portanto a minha atuação enquanto vereador tem sido sempre no sentido de esclarecer e de fiscalizar os documentos, mas tem sido sempre vedada muita dessa informação. -----

A Moção foi posta à votação, sendo **aprovada por maioria**, com os votos contra do Partido Socialista.

**Vogal Virgílio André (CDU)** – Afirma, que nas duas intervenções que o vogal Marco Gomes fez sobre a saúde, e se os vogais do PS sabiam o que vogal ia dizer, deveriam de o ter proibido, se não sabiam, deviam estar vermelhos de cólera e de raiva por aquilo que ele disse, revelador de puro fanatismo. --

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Respondeu dizendo que são todos crescidinhos, e cada um é responsável por aquilo que diz. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Achou piada, ao que o vogal Virgílio disse, que rigorosamente nada disse. Como o vereador Rui Pires, acabou de dizer, o partido comunista manipula instituições, e com isso obviamente fica vermelho, se calhar é mais comunista, que os eleitos da CDU, porque defende os trabalhadores, com o regime de pagamento de caducidade de contrato, coisa que até hoje, a Câmara Municipal que é comunista, não fez. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Apresentou uma proposta com o título: -----  
Promoção da Acessibilidade. -----

*Na sociedade contemporânea os valores da igualdade no acesso aos locais públicos e privados ganharam especial evidência, desta forma têm existido um conjunto de políticas públicas, fundos governamentais e apoios comunitários para uma política de simplificação e diminuição das dificuldades dos cidadãos, com mobilidade reduzida, como é o caso do programa rampa e do projeto pial médio Tejo". Nesse sentido propõe o Partido Socialista que a Assembleia Municipal de Constância, delibera, efetuar uma auditoria aos edifícios municipais, analisando as suas acessibilidades, um estudo que visa redução das barreiras arquitetónicas aos serviços públicos do concelho de Constância, possibilitando um efetivo e acesso em iguais condições a todos os cidadãos.*

**Presidente da Assembleia Municipal** – Solicitou que a proposta apresentada fique para análise e discussão na próxima sessão. -----

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

#### **ENCERRAMENTO** -----

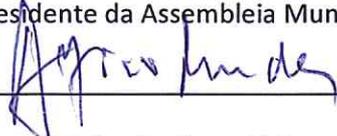
E, não havendo mais nada a tratar, o presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e trinta minutos. A presente ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

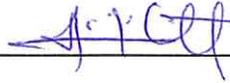


MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,

